

## **Ensino Profissional de Jovens Um Percurso Escolar Diferente para a (Re)Construção de Projectos de Vida\***

**Maria Helena Madeira**

Este artigo insere-se na temática do ensino profissional inicial e pretende analisar os motivos e os condicionalismos presentes nas opções dos jovens por esta via de formação. O estudo incidiu sobre duas modalidades de ensino profissional: o *sistema aprendizagem* e as *escolas profissionais*. Entre as razões apontadas pelos alunos, que os levaram a optar pelo ensino profissional, destaca-se a preocupação em obter uma qualificação que facilite a sua inserção no mercado de trabalho, aliando uma formação qualificada a uma experiência concreta de trabalho através do estágio. A satisfação demonstrada pelos jovens pareceu estar relacionada com o sucesso obtido, com a aquisição de conhecimentos necessários para o desempenho da profissão e com a experiência adquirida, permitindo a alguns alunos uma reconciliação com a escola e a (re)construção de projectos de vida.

**Palavras-chave:**

ensino profissional, formação qualificada, competências, insucesso escolar.

---

Professora do ensino secundário e mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

helena.madeira@netcabo.pt

A sociedade actual tem-se caracterizado por rápidas mudanças sociais, tecnológicas e económicas sendo hoje atribuído aos sistemas educativos, pela generalidade dos governos e instituições internacionais, o mandato de acompanhar essas mudanças.

As relações educação/economia e educação/mercado de trabalho têm-se alterado nos últimos anos. Definiram-se novos perfis profissionais e escolares, alargou-se o conceito de formação profissional e alteraram-se modelos educativos, exigindo-se ao ensino em geral, e ao ensino técnico e profissional em particular, a adequação dos seus objectivos.

O ensino secundário, nível sobre o qual recai o nosso estudo, abrangendo jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, confronta-se com o duplo objectivo de preparar os alunos para o ensino superior e para a vida activa, ou seja, apresenta-se como um nível preparatório para os que pretendem prosseguir estudos, e um nível terminal para os que pretendem ingressar no mercado de trabalho. Desta ambivalência resultam dificuldades na conciliação dos seus múltiplos objectivos, tornando-o alvo de sucessivas reformas.

É também neste segmento do sistema educativo que se inserem diferentes modalidades de ensino – das gerais às profissionais, das formais às não formais – que possuem múltiplos objectivos e são acompanhadas de valorizações sociais diferentes, especialmente entre as formações gerais e as formações profissionais.

O ensino técnico e profissional teve como principal objectivo fornecer ao mercado de trabalho a mão-de-obra especializada num nível intermédio da estrutura de emprego. Mas, actualmente, espera-se que contribua também para o desenvolvimento económico e para a minimização do desemprego jovem, reduza o insucesso escolar e seja uma forma de normalizar o acesso ao ensino superior, atenuando a pressão da procura, ao desviar os alunos para outras alternativas.

No passado, o ensino técnico constituiu um meio de selecção escolar precoce reproduzindo, maioritariamente, a origem social. Os jovens pertencentes às classes mais baixas eram orientados para este tipo de ensino, tendo em vista a necessidade de um emprego a curto prazo. O ensino técnico promovia uma formação de espectro estreito, sem grandes possibilidades de adaptação a novas situações nem ao progresso tecnológico e não dava acesso directo ao ensino superior. As marcas classistas e sociais do ensino técnico tornaram-no num ensino desprestigiado relativamente ao ensino liceal.

Actualmente, observam-se sinais de mudança. A reformulação dos seus objectivos, a alteração dos conteúdos curriculares, com o reforço e valorização da formação geral, e as equivalências escolares constituem condições para um reconhecimento social do ensino técnico e profissional. Este tipo de ensino pode assumir-se como uma alternativa ao sistema formal de ensino para jovens que não querem ou não podem optar pelo ensino superior. O ensino técnico e profissional pode constituir uma contribuição para as respostas aos problemas que subsistem:

o abandono e o insucesso escolares, a dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho, os desajustamentos entre a habilitação académica e a actividade profissional.

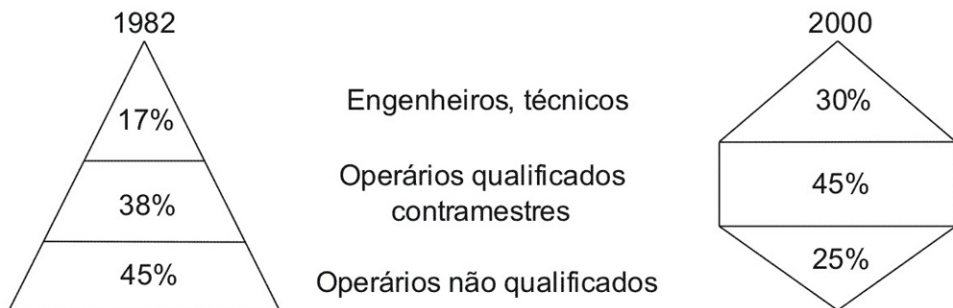
No presente artigo, inserido na problemática do ensino profissional, pretendemos procurar as razões que levam os jovens a optar por esta via de formação. A escolha resulta de uma opção do aluno e/ou da família ou é o resultado de percursos escolares marcados pelo insucesso e/ou situações socioeconómicas menos favorecidas? Procuramos conhecer as suas motivações e interesses e em particular saber quais foram os percursos escolares destes jovens e a que meios socioculturais pertencem.

### Um mundo em mudança exige novas competências

A utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, as rápidas mutações tecnológicas e a mundialização da economia têm accionado alterações estruturais nos sectores de actividade e no mercado de trabalho. Assiste-se a uma crescente importância dos serviços e à sua interpenetração nos outros sectores de actividade, fenómenos estes associados à desindustrialização e à terciarização das economias desenvolvidas.

A estrutura do emprego modificou-se com a redução do emprego industrial e a tercearização da mão-de-obra. Em França, nos anos 80, previa-se que até 2000 ocorresse uma evolução na “pirâmide” dos empregos industriais, conhecida como a passagem do “triângulo” ao “hexágono” (Azevedo, 2000: 218-219) e ilustrada na Figura 1.

**Figura 1 – Do triângulo ao hexágono**



Fonte: FIPE/HCEE, 1987

Extraído de: Azevedo, J. (2000). *O Ensino Secundário na Europa*. Porto: Edições ASA, p. 219.

As mudanças tecnológicas são cada vez mais rápidas e conduzem à permanente alteração das qualificações profissionais necessárias, o que provoca a constante desatualização das competências dos indivíduos.

A economia configura um novo tipo de indústria e desenham-se novas formas na organização do trabalho que reclamam atitudes e saberes diferentes. Dos modelos *taylorista* e *fordista* do pós-guerra de organização do trabalho, altamente especializada e parcelarizada, evoluiu-se para novos modelos caracterizados pelo trabalho de equipa, pela autonomia e pela flexibilidade.

As mudanças económicas e tecnológicas podem caducar o profissionalismo dos indivíduos cuja principal protecção é a capacidade de adaptação e de resposta às necessidades actuais de diversidade, flexibilidade e criatividade. Segundo Lesourne (1988), os desafios económicos vão exigir, tanto individual como colectivamente, um aumento considerável da competência da população activa, adulta ou jovem. Isso pressupõe uma melhoria na formação geral dos jovens no sentido de desenvolver as atitudes e aptidões desejáveis, uma formação profissional facilitadora do acesso ao primeiro emprego, tendo em conta que esta será tanto mais frágil quanto mais especializada, e, por último, uma formação contínua que acompanhe o indivíduo ao longo do seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Nesta perspectiva, torna-se essencial promover uma sólida formação geral de base deixando de fazer sentido uma formação profissional muito específica, uma vez que esta vai ter, em termos de mercado de trabalho, uma eficácia muito curta.

É, pois, necessário que a formação inicial de jovens assegure uma base cultural e técnico-científica alargada que possibilite a adaptabilidade e a mobilidade exigidas numa sociedade em constante mudança e que prepare não só para o exercício de uma actividade profissional, mas também para a inovação, a iniciativa e a auto-aprendizagem permanente.

Os empregadores querem que os trabalhadores, para além de dominarem os saberes de base – ler, escrever, calcular – tenham iniciativa e criatividade, capacidades de comunicação e de resolução de novos problemas em novas situações, competências para trabalhar em grupo, cooperando com outros, para recolher e tratar informação e para saber avaliar (Azevedo, 1991).

Perante as novas qualificações requeridas pelos empregadores, um novo mandato social é dado aos sistemas de ensino e formação. A especialização é agora preterida em favor de outras competências mais gerais que envolvem hábitos de trabalho, atitudes e relacionamento interpessoal, para além das competências básicas intelectuais.

A formação profissional de jovens, directamente ligada ao mundo do trabalho, tem de adaptar-se à evolução deste, nomeadamente no que respeita aos objectivos e conteúdos. É necessário que os sistemas de formação assegurem um quadro de competências e atitudes que permitam aos jovens inserir-se na vida activa e favo-

reçam, no futuro, a adaptação e a mobilidade necessárias às constantes mudanças tecnológicas e sociais, abrangendo, simultaneamente, as vertentes do saber, do saber-fazer, do saber-ser e do saber-tornar-se.

### **O ensino técnico e profissional face às disfuncionalidades sociais**

A democratização do ensino e o princípio de igualdade de oportunidades não impediram que um número significativo de jovens não atingisse os objectivos que lhes permitiriam obter sucesso escolar. Garantir apenas a igualdade de oportunidades no acesso tornou-se insuficiente e incapaz de diminuir as desigualdades sociais.

O insucesso e o conseqüente abandono escolar leva a que um número significativo de jovens deixe o sistema sem as qualificações necessárias para ingressar no mundo do trabalho. Estes jovens vão ocupar os empregos menos qualificados ou, pior ainda, engrossar as fileiras dos desempregados, já que, frequentemente, “o insucesso na escola prefigura o insucesso no mercado de trabalho” (OCDE, 1989: 116).

Mas o insucesso escolar também resulta, em parte, “de um currículo único e uniforme, fundado na eleita matriz dos saberes académicos, auto-sustentados na lógica da abstracção e da formalidade” (Azevedo, 1991: 147), inadaptável às aspirações e ou capacidades de alguns alunos. Há jovens que não gostam de ir à escola, têm pouco interesse pelo estudo, qualquer que seja o critério de avaliação (OCDE, 1989).

O ensino técnico e profissional pode constituir-se como uma resposta ao insucesso escolar que se verifica no ensino secundário. A componente técnica e profissional do currículo e a ligação da escola ao mundo do trabalho, através dos estágios nas empresas, podem ser elementos positivos para os alunos que têm dificuldade em adaptar-se a um ensino mais académico. A componente prática do programa pode tornar a vida quotidiana na escola mais atraente para muitos jovens e contribuir para manter o interesse dos alunos em dificuldade (OCDE, 1989).

Assim, o ensino técnico e profissional ao nível secundário, como alternativa à via de ensino, “poderá levar ao aumento da escolarização, mantendo no sistema jovens que o abandonariam se essas alternativas não existissem” (Marques, 1994: 40).

Por outro lado, a descida das taxas de crescimento, a contínua automação dos processos produtivos e a reestruturação da economia capitalista (Azevedo, 2000: 196) accionaram a subida do desemprego, afectando em particular os jovens.

Os valores do desemprego jovem e os perigos de exclusão a ele associados têm contribuído para que aquele fenómeno seja considerado um dos principais problemas a exigir reflexão e decisões políticas na área da educação.

Nos anos 90, a educação para o trabalho vai passar por um processo de reconceptualização. Surge um novo conceito de profissionalismo, o profissionalismo liberal ou neoprofissionalismo, que “vê a educação para o trabalho num sentido social mais lato – social, económico e tecnológico – com ênfase no desenvolvimento das capacidades de iniciativa e de empreendimento laboral” (Azevedo, 2000: 59) e que substitui progressivamente o profissionalismo pragmático da década anterior. É neste quadro que os sistemas educativos têm orientado as suas políticas: redução do número de especializações técnico-profissionais, introdução de troncos comuns de formação, aumento da componente geral em todos os percursos e estabelecimento de sistemas de equivalências entre cursos e as vias de ensino geral e ensino profissional (Azevedo, 2000).

Conferir qualificações demasiado especializadas conduz a uma eficácia curta no mercado de trabalho, de duração cada vez mais imprevisível. O desenvolvimento de uma sólida formação geral é um factor de adaptação à evolução do emprego, que o ensino profissional não pode dispensar ao definir os seus currículos. Capacidades gerais, como a de adaptação e a de aprender a aprender, são cada vez mais valorizadas pelos empregadores. As qualificações demasiado especializadas, num mundo de mudanças rápidas, desactualizam-se e tornam-se pouco rendíveis no mercado de trabalho.

Um ensino em ligação com a actividade profissional e simultaneamente valorizador da formação geral pode constituir um meio facilitador de inserção no mercado de trabalho.

### **Questões metodológicas**

Verifica-se, no ensino profissional, uma evolução positiva traduzida na idade dos alunos, que podem optar, cada vez mais tarde, por este tipo de ensino, numa formação geral mais alargada e com maior peso nos currículos, na permeabilidade e na equivalência ao ensino formal. O ensino profissional tem procurado modificar os seus objectivos e os seus currículos, de modo a contribuir para o desenvolvimento integral dos jovens, aliando “uma sólida formação geral a uma cultura tecnológica e a um saber-fazer” (Cabrito, 1994: 14).

Mas, apesar de o ensino profissional não ter como objectivo único uma preparação para o exercício de uma profissão, assiste-se ainda a uma desafeição por este tipo de formação, conotado com um ensino de segunda oportunidade.

Uma questão fundamental se levanta: *Quais são as motivações e os interesses dos jovens que os levam a optar pelo ensino profissional?* Desta questão decorrem outras: *A que meios socioeconómicos pertencem estes jovens? Quais foram os seus percursos escolares anteriores?* Estas questões conduziram a presente pesquisa e levaram à formulação das seguintes hipóteses:

– Os jovens que frequentam esta modalidade de ensino pertencem maioritaria-

mente a estratos sociais menos favorecidos e procuram, a curto prazo, a inserção no mercado de trabalho.

– Estes jovens têm um percurso escolar marcado pelo insucesso, sentem-se desmotivados perante a escola, constituindo esta modalidade educativa a oportunidade possível.

Neste âmbito definimos os seguintes objectivos para este estudo:

– Analisar os condicionalismos presentes nas opções dos alunos por esta via de formação.

– Caracterizar os alunos, entre outros aspectos, em termos de trajectória escolar e de origem social.

– Conhecer as expectativas dos alunos face ao futuro.

Decorrente da problemática enunciada e das questões colocadas propomo-nos, neste estudo, debruçar-nos sobre o Sistema aprendizagem – modelo formativo inserido no mercado de trabalho – e as escolas profissionais – modelo formativo inserido no sistema educativo como modalidade especial.

Seleccionámos como objecto de estudo duas turmas do curso de Informática de cada uma das modalidades formativas, pelo peso que esta área tem na procura dos dois sistemas de formação. Optou-se por turmas do 3º ano, ano terminal, por os alunos poderem já fazer um balanço do curso que frequentaram e terem já definidos os seus projectos futuros.

Elegeram-se como território geográfico de recolha de dados dois pólos de uma escola profissional localizados numa área suburbana de Lisboa e onde são disponibilizados o sistema aprendizagem (pólo 2) e cursos das escolas profissionais (pólo 1).

Não se pretendendo um estudo universal nem a obtenção de uma generalização, optou-se por privilegiar como metodologia o estudo de caso. Neste estudo foram utilizados como instrumentos de recolha de dados a análise documental, o inquérito por questionário e a entrevista. Foram analisadas normativas legais que institucionalizaram as duas modalidades formativas, os diplomas que regulamentam cada um dos cursos, publicações da própria escola e estatísticas de vários organismos. Foi aplicado um inquérito a todos os alunos das duas turmas (25 inquiridos), que visou recolher informações sobre as características pessoais e familiares dos alunos, os seus percursos escolares, as suas opções pelos cursos e os seus projectos futuros. Foram realizadas entrevistas a quatro alunos da escola profissional (A.1 a A.4) e a três alunos do sistema aprendizagem (A.5 a A.7) e a um professor (P.1), responsável pedagógico do curso de Informática da escola profissional, no sentido de sequencializar e aprofundar ideias recolhidas no questionário, dando assim voz aos que vivem a escola.

Foi também possível realizar algumas observações directas, esporádicas e informais, de situações de aprendizagem da área tecnológica, bem como da apresentação de provas de aptidão profissional, observações essas que proporcionaram

conversas informais com alunos e professores. Estas conversas possibilitaram conhecer opiniões e experiências dos vários intervenientes do processo formativo.

### **Da origem social ao percurso escolar**

#### Juventude no masculino

Relativamente à composição etária verifica-se que a maioria dos alunos (52 por cento) se situa na faixa a que corresponde este ano de ensino, 17 e 18 anos, mas 48 por cento apresenta uma idade superior à prevista para a conclusão do ensino secundário, indiciando abandono e/ou a existência de trajetórias de insucesso escolar.

São de salientar as diferenças significativas entre as duas modalidades de formação. É entre os alunos que frequentam o curso da escola profissional que se encontra uma média mais baixa – 17,8 – e uma menor dispersão etária. Os alunos que frequentam o sistema aprendizagem apresentam uma média de idades que ronda os 20 anos, e a dispersão etária é mais acentuada, com idades compreendidas entre os 17 e os 25 anos.

A este facto não é alheio o critério de selecção dos alunos na escola profissional, baseado em testes de avaliação de conhecimentos do 3º ciclo, acabando por não ser seleccionados os candidatos que já não estudam há algum tempo.

Na selecção dos candidatos existe uma percentagem de pessoas mais velhas, mas como têm de prestar provas e algumas dessas pessoas já não estudam há algum tempo e estão mais esquecidas, acabam por não ser seleccionadas (P.I).

Ao contrário, o sistema aprendizagem favorece o ingresso dos que estão mais próximos do limite de idade para frequência do curso.

(...) É tendencialmente favorecida a satisfação da procura por parte de jovens no limite superior da idade para satisfação das condições de ingresso. Tal facto tende a favorecer uma ocupação privilegiada do sistema pelos jovens mais velhos, desde que estes o procurem (Neves et al., 1993: 141).

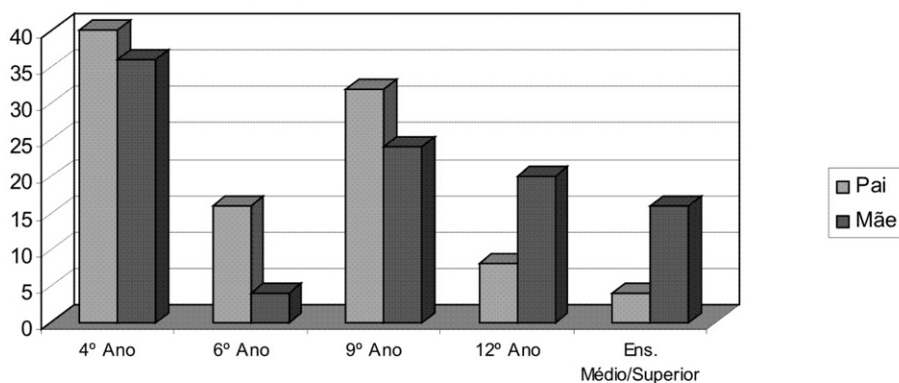
No que respeita ao género, regista-se a predominância do sexo masculino (92 por cento), não se encontrando diferenças entre as duas modalidades de formação. Azevedo (1991), num estudo sobre as expectativas escolares e profissionais dos jovens do 9º ano, refere as clivagens sexuais na escolha dos cursos e das profissões que os jovens pretendem seguir, verificando-se que os rapazes preferem optar pelas áreas científico-tecnológicas e as raparigas preferem seguir áreas ligadas à intervenção social e aos serviços administrativos. Também neste estudo o curso de Informática nos aparece como uma escolha privilegiada pelos jovens do sexo masculino.



## Origem social

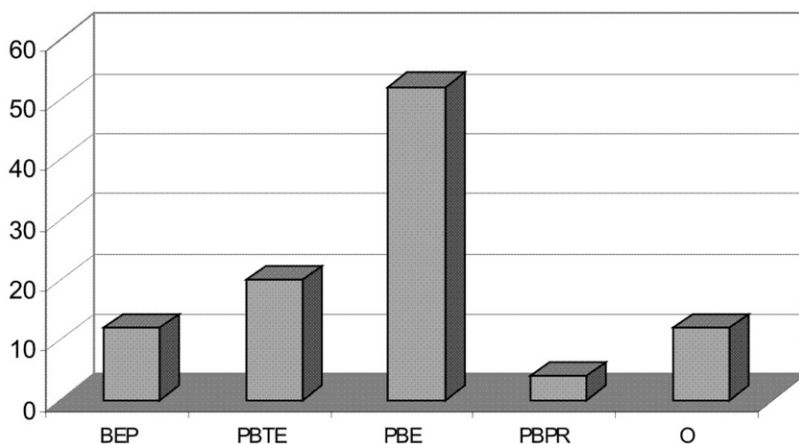
Tendo em conta que “a escolaridade tem vindo a constituir um parâmetro cada vez mais importante da estruturação do espaço social das classes” (Almeida, Costa e Machado, 1988) procurou-se saber os níveis de escolaridade do pai e da mãe de cada aluno. Em relação ao capital escolar de origem dos progenitores dos inquiridos, verifica-se que uma parte considerável apresenta níveis de escolaridade baixos, sendo que 40 por cento dos pais e 36 por cento das mães apenas concluíram o 4º ano.

Gráfico 1 - Nível de escolaridade dos pais (%)



Para caracterizar socialmente o conjunto de jovens da amostra recorreu-se a uma tipologia de classes desenvolvida por Almeida, Costa e Machado (1988). Para a caracterização do lugar de classe de cada indivíduo, neste caso o pai e a mãe do inquirido, utilizou-se uma matriz de conversão a partir das variáveis primárias básicas “situação na profissão” e “profissão”, e numa variável primária complementar a “escolaridade”. Com base nesta caracterização construiu-se uma outra matriz para obter a caracterização de classe do grupo doméstico de origem de cada jovem.

Verifica-se que a maioria dos jovens é oriunda das classes populares, quer se trate da pequena-burguesia de execução (52 por cento) e da pequena-burguesia proprietária (4 por cento) com profissões ligadas aos serviços e ao comércio, quer se trate do operariado (12 por cento). No entanto, é de referir que 32 por cento dos jovens tem origem em famílias que ocupam lugares cimeiros na hierarquia social: 12 por cento provém da burguesia e 20 por cento provém da pequena burguesia técnica e de enquadramento.

**Gráfico 2 - Composição social dos jovens (%)**

BEP – Burguesia Empresarial e Proprietária  
 PBTE – Pequena-Burguesia Técnica de Enquadramento  
 O – Operariado

PBE – Pequena Burguesia de Execução  
 PBPR – Pequena Burguesia Proprietária

### ● percurso escolar

A maioria dos jovens inquiridos (92 por cento) encontrava-se a estudar aquando da entrada no curso de formação, e 44 por cento dos alunos passaram pelo ensino secundário, chegando alguns a concluir o 10º ano de escolaridade. Atendendo que a escolaridade mínima de acesso aos cursos profissionalizantes de nível III é o 9º ano, verifica-se que um número significativo de jovens chega a estes cursos numa situação de sobre escolarização.

Neves, Pedroso e Matias (1993), num estudo de avaliação centrado no sistema aprendizagem realizado em 1991 e 1992, referem também uma situação análoga:

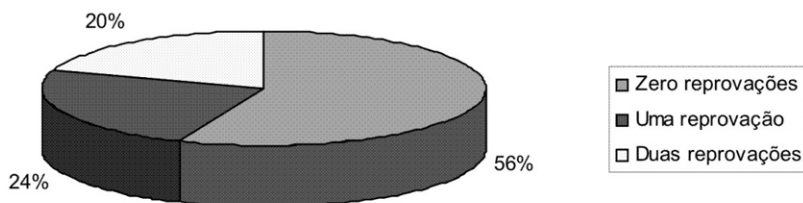
As habilitações superiores [às exigidas] não são consideradas, correspondendo a uma perda de eficiência no tempo adicional de frequência de uma via que não é creditada no momento de ingresso. A imagem obtida a partir da amostra estudada revela a existência de uma procura satisfeita sobre escolarizada por relação aos critérios de ingresso (p. 136).

Ao procurarmos reconstruir as trajetórias escolares dos jovens, precisamos também de conhecer a importância que o insucesso escolar teve nos seus percursos académicos e eventualmente na opção pelas formações profissionalizantes.

Para isso analisámos o número de reprovações desde o início da escolaridade. A frequência foi distribuída entre zero e duas reprovações, contadas desde o 1º ciclo até ao 10º ano, contemplando três classes: zero reprovações, uma reprovação e duas reprovações.

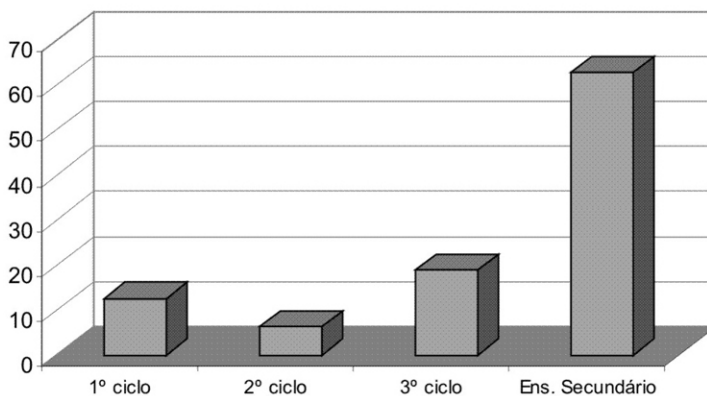
A maioria dos jovens inquiridos (56 por cento) não apresenta qualquer reprovação no seu percurso escolar, e apenas 20 por cento dos inquiridos se confrontaram com duas repetências.

**Gráfico 3 - Rendimento escolar dos jovens (%)**



Verifica-se que o insucesso escolar se localiza fundamentalmente no ensino secundário (62,5 por cento), ou seja, um número significativo de alunos optou pelas formações profissionalizantes, mudando a sua trajetória escolar, depois de uma experiência mal sucedida no ensino secundário.

**Gráfico 4 - Repetências por ciclo escolar (%)**



## As razões que determinaram a escolha

A larga maioria dos jovens inquiridos teve conhecimento das formações que frequenta através dos colegas e da família, ou seja, os mecanismos institucionais como a escola e os meios publicitários não serviram de canais privilegiados de informação. É de referir que nenhum aluno diz ter tido conhecimento destas modalidades através dos professores.

Esta situação vem, de algum modo, de encontro às conclusões de Azevedo: “deixou de haver divulgação maciça junto da população do ensino básico (9º ano) acerca das novas oportunidades de formação” (1999: 5).

Ao procurarmos as razões e as motivações que estiveram presentes na escolha destas modalidades de formação, verificou-se o predomínio de motivos relacionados com a profissão, sendo as opções “sempre gostou da profissão que vai ter” e “tem mais hipóteses de conseguir emprego” as mais apontadas.

A área escolhida determinou a opção por estas modalidades, conforme se pode observar pelas seguintes passagens das entrevistas:

Eu gosto muito de Programação, adoro computadores e ele [o amigo] disse-me que esta escola em termos de ensino nessa área é muito melhor do que a outra [escola secundária] (A.1).

Gostava desta área, especialmente Informática Fundamental. O curso que escolhi é o curso de que eu gosto (A.2).

Foi mais pelo curso; gosto de Informática (A.6).

A facilidade de inserção no mercado de trabalho é outra razão largamente apontada pelos jovens para justificar a sua opção, revelando uma adesão às vantagens anunciadas pelos responsáveis das modalidades profissionalizantes: a ligação ao mercado de emprego e ao mundo do trabalho através de estágios e a qualificação profissional para responder às exigências do mundo produtivo.

As palavras dos alunos são esclarecedoras:

Quando vim, queria fazer o curso porque sabia que tendo um curso técnico de nível III teria mais facilidade de encontrar emprego. Estes cursos são mesmo para entrar no mercado de trabalho. Só com o 12º ano é um bocado difícil (A.2).

Aqui ficamos com uma ideia do que é o mundo do trabalho (A.7).

O ensino secundário só nos dá possibilidades de ir para a universidade, não podemos escolher ficar por ali, não temos grandes hipóteses de entrar no mercado de trabalho (A.2).

São de registar ainda outras razões, que surgem ao longo das entrevistas, que se relacionam com a insatisfação sentida pelos alunos que frequentaram a escola secundária e que os levou a alterar as suas trajectórias escolares. Essa insatisfação prende-se essencialmente com a desmotivação e o insucesso.

Eu não gostava muito de estudar e as coisas na escola secundária não estavam a correr muito bem (A.1).

Quando fui para o curso tecnológico queria ser enfermeira mas não gostei daquilo, era sempre a mesma coisa. Eu queria uma coisa diferente (A.5).

No entanto, apesar da insatisfação sentida por estes alunos em relação à escola secundária, perante a pergunta “o que pensava fazer se não tivesse optado por este tipo de curso?”, 84 por cento dos inquiridos respondem que continuaria a estudar numa escola secundária, não revelando assim uma atitude de rejeição à escola.

A ambivalência das formações profissionais, ao fornecerem uma habilitação académica e uma certificação profissional, é também uma razão que aparece no discurso dos entrevistados:

O curso também nos dá a possibilidade de escolher entre o mercado de trabalho e a universidade (A.2).

A minha ideia foi sempre seguir para o ensino superior (...) [mas] aqui também tinha a possibilidade de optar por ir trabalhar (A.2).

Os bons alunos pensam: “Vou para o ensino profissional, vou ter uma profissão e ainda posso ir para o ensino superior se me apetecer” (P.1).

As entrevistas de selecção dos candidatos são reveladoras de como as formações profissionais são também escolhidas como um ensino de última tentativa pelos alunos que se auto-excluem ou são excluídos de outra alternativa escolar, situação que vai ao encontro dos que consideram estas modalidades “um recurso de segunda oportunidade para a massa de rejeitados do sistema escolar” (Stole-roff, 1991: 386).

Nas entrevistas de selecção aparecem-nos alguns candidatos (...) que nos dizem “eu quero vir para isto porque não dou para mais nada”.

Também existem aqueles casos de pais que dizem: “o meu filho não dá para mais nada, não consegue estudar, então vou tentar a escola profissional” (P.1).

Parece, pois, que estes jovens que procuraram estas modalidades profissionalizantes, de algum modo desencantados com o sistema formal, pretenderam, fundamentalmente, adquirir certificações e experiência laboral que lhes permitissem uma mais fácil inserção no mercado de trabalho.

## **Continuar a estudar ou procurar um emprego?**

Os projectos dos jovens, após o final do curso, gravitam à volta de um emprego ou de um curso, na sua maioria conciliáveis.

Identificamos projectos puramente escolares (20 por cento) em que os alunos pretendem prosseguir um curso superior e outros tantos que desejam unicamente ingressar no mercado de trabalho. Os restantes pretendem conciliar a inserção na vida activa com a continuação de estudos, partilhando a condição de trabalhador com a de estudante. Neste grupo distinguem-se os que pretendem ingressar no ensino superior (36 por cento) e os que pretendem aumentar as suas qualificações através de outro curso de formação (24 por cento). Verificamos, no entanto, que a maioria dos alunos (80 por cento) pretende inserir-se na vida activa, apontando como principais razões desta decisão “querer ser independente” e “considerar que é melhor para si”. Mas, nem sempre a opção de ingressar no mercado de trabalho é uma opção deliberada. Confrontados com a necessidade de ir trabalhar, por motivos sociais e dificuldades escolares, não rejeitam definitivamente a ideia de continuar a estudar mas apenas adiam esse projecto.

Não tenho hipóteses de ir para a Universidade, se não também tentava. Primeiro por causa do acesso, não estamos bem preparados nas disciplinas teóricas, e em segundo por questões financeiras tenho mesmo de ir trabalhar. Mas é uma hipótese que não fica posta de lado (A.7).

Outro aspecto a salientar diz respeito às diferenças entre as duas modalidades, verificando-se que a decisão de se manter unicamente como estudante tem fraca adesão entre os alunos do sistema aprendizagem (10 por cento).

## **Entre a dificuldade de prosseguir estudos e a facilidade de inserção no mercado de trabalho**

Formalmente, todas as formações profissionalizantes de nível III permitem o prosseguimento de estudos de nível superior. No entanto, segundo os entrevistados, estas modalidades não lhes fornecem os conhecimentos necessários para garantir o ingresso no ensino superior. Referem, como principal causa da sua falta de preparação para a realização das provas de ingresso, os próprios conteúdos programáticos que ou são leccionados de um modo pouco aprofundado ou alguns deles nem sequer são leccionados. Das palavras dos entrevistados sobressai a ideia de que quem quer exclusivamente prosseguir estudos no ensino superior deve optar pelo ensino formal:

No acesso as coisas não são nada fáceis. (...) O objectivo número um de um curso profissional é a integração no mercado de trabalho. Nós nunca enganamos

os alunos. A área científica não é tão aprofundada nem tão trabalhada como no ensino formal, apesar de não haver áreas de primeira ou de segunda. (...) Se os alunos têm como primeiro objectivo seguir para o ensino superior e não querem passar por uma fase de aprendizagem de uma profissão, então devem ir pelo ensino formal (P.1).

Quem quer ir para a universidade não deve vir por aqui (A.6).

As disciplinas de formação geral são mais fáceis. Estamos quase no fim do curso e estamos a dar o que dei no 11º ano do Tecnológico. (...) Ir daqui para a Universidade é um bocado mau porque é mais difícil o acesso. As matérias não estão completas em Física e Matemática. Os alunos têm de ter aulas de apoio. Quem quer ir para o ensino superior deve seguir a via de ensino porque o primeiro filtro é o acesso (A.4).

Nas disciplinas gerais, Matemática e Física (...) os assuntos são mais aprofundados [na escola secundária] do que aqui (A.1).

Os alunos, penalizados com esta situação, tentam colmatar estas dificuldades através de aulas suplementares, por iniciativa própria ou por iniciativa da própria escola. No último ano do curso, a escola criou em regime pós-horário escolar aulas de apoio e preparação de Física e de Matemática para os alunos que pretendem fazer as provas de acesso ao ensino superior. Estes alunos, no final do curso, “têm muitas batalhas ao mesmo tempo: conseguir boas notas, mostrar no estágio que são capazes e preparar-se para as provas de acesso” (P.1).

Mas se, por um lado o ingresso no ensino superior é uma meta difícil de transpor, por outro, a frequência é vista de um modo mais favorável. Consideram que os conhecimentos técnicos adquiridos no ensino profissional constituem uma mais-valia para o seu desempenho e uma vantagem em relação ao ensino formal.

Se entrarmos na universidade podemos ter dificuldades, por exemplo, na Matemática ou na Física, mas na componente tecnológica estamos melhor preparados. Os conhecimentos técnicos que levamos daqui vão servir na universidade e vai ser para nós muito mais fácil (A.2).

[Num curso superior] na área técnica têm um desempenho fantástico. Nós damos aqui conhecimentos de 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos da licenciatura. Na área técnica fazem os dois primeiros anos com muita facilidade e têm excelentes resultados, mas, sentem mais dificuldades na Matemática e na Física. Até os outros têm quanto mais estes! (P.1).

Se os alunos que pretendem prosseguir estudos superiores experimentam dificuldades no ingresso, os que pretendem inserir-se no mercado de trabalho depa-

ram-se com uma situação mais favorável. No entanto, as diferenças entre as duas modalidades são significativas. Enquanto que os alunos entrevistados do sistema aprendizagem apenas possuíam, na fase final do curso, contactos com possíveis empregadores e algumas promessas de emprego, os alunos da escola profissional parece terem expectativas mais optimistas como podemos avaliar pelas palavras de um professor.

Com maior ou menor dificuldade, todos ficam a trabalhar no final do curso. Alguns finalistas já estão a trabalhar e os outros no prazo de seis meses também estão a trabalhar, embora neste momento a situação esteja um pouco mais complicada (P.I).

A facilidade de colocação dos jovens no mercado de trabalho passa pelo empenhamento da própria escola e pelo mérito dos seus alunos. As empresas que têm protocolo com a escola absorvem grande parte dos alunos que terminam a sua formação, funcionando o estágio como meio de testar as suas competências.

É a própria escola que os coloca no mercado de trabalho. Nós temos, felizmente, alunos de excelência que não têm dificuldade em entrar no mercado de trabalho. Atrevo-me a dizer, muitas vezes, e sei o que estou a dizer, que a curto prazo, não a médio e a longo prazo, eles vão competir directamente com engenheiros trabalhando de igual para igual. O que este país precisa muito é de quadros médios, pessoas que desenvolvam e trabalhem e não há dúvida que estes alunos saem bem preparados e fazem isso na perfeição. Na maioria das empresas protocoladas connosco quando lá entramos ao fim de três ou quatro anos parece que estamos a entrar na nossa escola; os quadros médios da empresa são maioritariamente ex-alunos nossos (P.I).

Estas modalidades de formação, orientadas para o mundo do trabalho, mas possibilitando também o ingresso no ensino superior, debatem-se num dilema difícil de gerir e que se prende com a concepção de programas escolares que possam satisfazer estas duas finalidades.

### **O estágio: um espaço de aquisição de um saber-fazer, um espaço de socialização**

O estágio tem, nas formações profissionalizantes, o papel de reforço da formação de base e simultaneamente da ambientação dos jovens a um cenário de trabalho concreto, apresentando virtualidades para todas as partes envolvidas. Passamos a citar um professor quando a este propósito nos refere:

É enriquecedor a todos os níveis. O tempo de estágio é enriquecedor para os alunos e é enriquecedor para as empresas. As empresas têm a possibilidade de



ter estagiários, conhecê-los, ver as suas capacidades, as suas competências e a sua forma de estar, sem ter a obrigação de os contratar. Não pagam nada e testam os alunos. É bom para a escola porque dá a conhecer o seu produto. É enriquecedor para os alunos; eles crescem.(P.1).

O estágio é para estes jovens, para além de um espaço de aquisição de um saber-fazer complementar de um saber teórico, um espaço de socialização onde se promovem relações com terceiros. Os alunos entrevistados revelaram-se satisfeitos, não só com as aprendizagens feitas, como também com o modo como se relacionaram com os outros trabalhadores da empresa, sentindo-se de algum modo “importantes e valorizados” (P.1), como pode ser confirmado pelas seguintes citações:

Sou bem tratada (A.5).

Aceitaram-me bem (A.6).

Tinha uma boa relação com os outros trabalhadores e era tratado como um empregado da empresa (A.7).

O estágio na empresa proporcionou também, a estes jovens, contactos com outras empresas que poderão ter um papel importante no momento de procurarem emprego.

Vou ficar com vários contactos que me podem proporcionar um emprego (A.6).

Já tive ofertas [de emprego] de outras empresas que trabalham com esta (A.6). Fiquei com alguns conhecimentos dentro da empresa o que pode facilitar quando quiser arranjar emprego (A.7).

### **Um ensino mais “personalizado”**

Os alunos entrevistados revelaram-se globalmente satisfeitos com os três anos de frequência dos cursos. Quando se referem aos processos de aprendizagem, valorizam a estrutura curricular, fundamentalmente pela componente prática dos cursos e pela maior facilidade da componente geral relativamente ao ensino formal.

Aqui tenho boas notas.As matérias são mais acessíveis (A.3).

Nesta escola temos muito mais componente tecnológica do que nos cursos gerais e temos mais experiência (A.2).

Outro aspecto também valorizado pelos entrevistados diz respeito à “personalização” do ensino, considerando as diferenças existentes entre os alunos. Neves, Pedroso e Matias (1993), num estudo sobre o sistema aprendizagem levado a cabo em 1991 e 1992, recolhem também a ideia generalizada de que “cada formando é conhecido nos seus sucessos, possibilidades e dificuldades” (p. 288) e inserido num ensino “personalizado” capaz de o levar a ultrapassar as suas dificuldades (p. 289).

Os entrevistados da escola profissional referem, como outro aspecto positivo, a estrutura modular dos programas que permite centrar a aprendizagem no aluno, criando condições de progressão de um módulo para outro respeitando o ritmo de cada um.

Com o sistema de módulos podemos recuperar e fazer melhorias (A.1).

A avaliação por módulos é uma vantagem porque permite recuperar (A. 3).

O sistema modular desenvolve a autonomia e o sentido de responsabilidade do aluno, e é a este que cabe o principal papel no processo de aprendizagem, pelo que o seu acompanhamento é fundamental, especialmente quando os alunos são mais novos, como nos refere um professor:

A avaliação modular é um sistema inovador. Tem prós e contras. Onde estão os contras? Cada vez temos alunos mais novos aqui. O sistema modular obriga a uma organização e a uma responsabilidade muito grandes (...) Quando os alunos são mais velhos é diferente (P.1).

Os alunos entrevistados valorizaram também a dimensão relacional, colocando em evidência a relação com os professores que consideraram mais acessíveis, mais atentos e mais disponíveis comparativamente com os do ensino formal. As suas palavras são esclarecedoras:

A relação com os professores é diferente; talvez por sermos menos, os professores estão mais perto de nós e dão-nos mais apoio do que nas outras escolas (...) Os professores estão mais atentos. Um professor da escola secundária não tem a mesma atitude perante os alunos (...), não ligam, não se estão a importar com eles. É do género “tens negativa, tens de te esforçar mais”, mas fica por ali, não há cumplicidade, é totalmente diferente (A. 2).

Aqui na escola profissional os professores conversam mais connosco, esclarecem muito mais as dúvidas e são muito mais acessíveis (A. 3).

Aqui consegue-se falar melhor com os professores, tanto dentro como fora das aulas. Estamos um pouco mais à vontade. Temos uma boa relação com os professores (A. 7).

A atitude de atenção e disponibilidade dos professores passa para além dos limites físicos da escola; os professores disponibilizam-se para os alunos fora dos seus horários escolares, mantendo-se em contacto e apoiando-os nos seus trabalhos.

Muitas vezes fora das horas de aulas os alunos abordam-me para tirarem dúvidas. Quando os alunos estão em casa a fazer trabalhos enviam e-mails para os professores para lhes tirarem dúvidas. É um ensino muito personalizado (P.1).

Verifica-se uma forte motivação e envolvimento dos professores, alguns deles vinculados à escola desde a sua criação, que se traduz numa maior eficiência no processo ensino/aprendizagem.

### **Considerações finais**

A principal questão que se colocou no início da investigação foi a de saber quais as motivações e os interesses que levam os jovens a optar pelo ensino profissional. Foi colocada como hipótese, que a opção por estas modalidades estava associada a percursos escolares mal sucedidos e a estratos sociais pouco favorecidos conducentes a uma procura, a curto prazo, de inserção no mercado de trabalho.

Os resultados obtidos não nos permitem afirmar serem essas as principais razões que orientaram os alunos nas suas escolhas. A análise das respostas obtidas apontam no sentido da existência de dois principais tipos de opções: a opção que resulta mais da natureza do curso – “foi mais pelo curso; gosto de Informática” (A.6) e a opção resultante da obtenção de um diploma que lhes facilite a inserção no mundo do trabalho – “queria fazer o curso porque sabia que tendo um curso técnico de nível III teria mais facilidade de encontrar emprego” (A.2).

O insucesso escolar não marca significativamente este grupo de alunos, sendo que mais de metade nunca experimentou qualquer reprovação. No entanto, podemos considerar dois grupos distintos, os que após o 9º ano de escolaridade seguiram de imediato para uma modalidade profissionalizante e que constituem pouco mais de 50 por cento, e outro grupo, que após o 9º ano seguiu o ensino formal, alterando posteriormente a sua trajectória escolar. É precisamente neste nível de ensino que se verifica o maior número de reprovações. Estes alunos não se identificaram com a escola formal e, desencantados com ela, optaram por estas modalidades como uma alternativa que lhes assegurasse com sucesso a conclusão do ensino secundário – “não me dava bem ali, não me estava a correr bem” (A.1). A formação profissional tornou-se para estes alunos a opção possível de continuação de uma trajectória escolar não interrompida, tendo em conta o percurso escolar anterior e as suas aspirações.

As outras razões, “não querer ir para a universidade”, “não gostar muito de estudar”, “ter mais hipóteses de entrar na universidade” e “dificuldades económi-

cas” não parecem indicar, por si só, que terão determinado a opção destes jovens pelo ensino profissional. De salientar que a razão “dificuldades económicas” não é mencionada por qualquer aluno do curso da escola profissional e, no sistema aprendizagem, apenas 10 por cento dos alunos a apontam como principal razão da escolha desta modalidade formativa.

Apesar de haver neste grupo de alunos origens sociais diferentes, a maioria é oriunda da pequena-burguesia de execução, situação que parece ajustar-se à conclusão retirada por Marques e Requejo de um estudo realizado em 1989-1990 sobre as Escolas Profissionais: “a maioria dos alunos das E.P. (...) provém de grupos «intermédios»” (1991: 790).

As modalidades de formação profissionalizante são predominantemente orientadas para a vida activa, mas permitem também o prosseguimento de estudos. Neste sentido, os resultados deste estudo apontam-nos para uma maioria que pretende ingressar no mercado de trabalho, mas que deseja simultaneamente prosseguir estudos. A passagem pelo curso profissional permitiu a alguns destes alunos uma reconciliação com a escola e a reconstrução de projectos de vida:

Depois de dois anos perdidos, estes foram três anos em que andei para a frente e ganhei mais gosto pelo estudo (A.7).

Esta reconciliação é resultante de vários factores: a componente prática do curso – “Ganhei mais gosto pelo estudo por ter uma componente prática” (A.7) , a obtenção de sucesso escolar – “As notas começaram a ser melhores, comecei a interessar-me mais; nunca pensei chegar a esta altura e estar a preparar-me para ir para a universidade” (A.1) – e a relação mais próxima com os professores face à escola formal, de maior dimensão e mais impessoal – “Aqui a relação com os professores é melhor” (A.4).

Também Neves, Pedroso e Matias (1993), num estudo sobre o sistema aprendizagem, constata esta reconciliação dos alunos com a escola “resultante da autoconfiança na aquisição de competências ao longo da formação” (p.152). Concluem, ainda que esta formação reconcilia os jovens com as aprendizagens de natureza mais escolar e gera predisposições ao prosseguimento das suas trajectórias de formação.

O conjunto dos resultados indica que a razão que mais influenciou a escolha por uma via profissionalizante está ligada ao desejo de adquirir uma qualificação que facilite a sua inserção no mercado de trabalho, considerando que esta seria a via que mais rapidamente concretizaria essa aspiração. Os jovens, conscientes da dificuldade de assegurar um emprego, acreditam que uma formação qualificada, aliada a uma experiência concreta de trabalho, constitui uma vantagem no mercado de trabalho.

Numa retoma de ideias iniciais, espera-se que o ensino profissional de jovens contribua para o desenvolvimento da cidadania e forme cidadãos capazes de in-

gressar e satisfazer os requisitos do mercado produtivo, que articule a lógica do desenvolvimento humano e a lógica do desenvolvimento económico e, nesta dupla função, se possa construir a ponte entre educação e economia, garantindo o desenvolvimento do eixo educação-democracia e do eixo educação-economia.

Como sustenta Joaquim Azevedo:

A educação já não deve subordinar-se à «preparação para a vida activa», como algo exterior; que é moldado de fora (economia) para dentro (para a pessoa), mas como construção pessoal e social que se faz na vida, com a vida, em sociedade, um estaleiro onde cada uma e cada um se desenvolvem (como um novelo que se desfaz) e procuram um sentido, um espaço, um lugar, e traçam um itinerário pessoal, em relação de igualdade com os demais (2000: 131).

### Nota

\*O presente artigo retoma o essencial da pesquisa realizada na dissertação de mestrado apresentada na Universidade Lusófona sob a orientação do Professor António Teodoro.

### Referências Bibliográficas

- Almeida, J. F., Costa, A. F. & Machado, F. L. (1988). *Famílias, Estudantes e Universidade – Painéis de Observação Sociográfica. Sociologia – Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- Azevedo, J. (1991). *A Educação Tecnológica nos Anos 90*. Porto: Edições ASA.
- Azevedo, J. (1999). *Sair do Impasse. Os Ensinos Tecnológico e Profissional em Portugal*. Porto: Edições ASA.
- Azevedo, J. (2000). *O Ensino Secundário na Europa*. Porto: Edições ASA.
- Cabrito, B. (1994). *Formações em Alternância: Conceitos e Práticas*. Lisboa: EDUCA.
- Lesourne, J. (1988). *Éducation et société: Les défis de l'an 2000*. Paris: Éditions la Découverte e Jornal Le Monde.
- Marques, M. (1994). *A Decisão Política em Educação. O Partenariado Sócio-Educativo como Modelo Decisional*. Porto: Edições Afrontamento.
- Marques, M., Requejo, T. (1991). *Os Alunos das Escolas Profissionais. Caracterização e Expectativas. Análise Sociográfica. Novos Rumos para o Ensino Tecnológico e Profissional. Actas da Conferência Nacional*. Porto: M.E./GETAP.
- Neves, O., Pedroso, P. & Matias, N. (coords.) (1993). *O Sistema Aprendizagem em Portugal: Experiência de Avaliação Crítica*. Lisboa: IEFP.
- OCDE (1989). *O Ensino na Sociedade Moderna*. Porto: Edições ASA.
- Stoleroff, A. (1991). Educação, Formação Profissional, in *Escola e Empresa. Novos Rumos para o Ensino Tecnológico e Profissional. Actas da Conferência Nacional*. Porto: M.E./GETAP.